



## VIOLÊNCIA SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Ana Carla Vagliati<sup>1</sup>  
Geiva Carolina Calsa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre violência sexual, numa perspectiva de gênero. Tem como objetivo fornecer um panorama das investigações realizadas no Brasil que procuram, através da Teoria das Representações Sociais, estudar a violência sexual. Realizamos uma busca por produções científicas utilizando como descritores as palavras-chave elegidas na pesquisa: “Representações Sociais” e suas derivações “Representações” e “Representação” combinadas com “Violência Sexual”, “Representações Sociais”, “Representações” e “Representação” combinadas com “Abuso Sexual”, “Violência Sexual” e “Gênero”, “Abuso Sexual” e “Gênero”, “Violência Sexual” e “Sexualidade”, “Abuso Sexual” e “Sexualidade”. Encontramos 106 trabalhos que fazem relação com as palavras-chave. Procuraremos, neste artigo, apresentar o conjunto de trabalhos encontrados, os procedimentos de coleta de dados e problematizar a violência sexual, levando em conta a discussão de gênero, relacionada com as representações sociais dos profissionais que trabalham diretamente com as vítimas dessa forma de violência.

**Palavras-chave:** Representações. Violência Sexual. Gênero. Sexualidade.

### Introdução

Podemos perceber, principalmente através da mídia impressa e televisiva, que se tem falado mais sobre a violência sexual, mas por que? Antigamente aconteciam menos casos de violência sexual? Os casos não eram denunciados? Havia o entendimento sobre a violência sexual como temos hoje? Houve aumento dos casos de violência sexual? As vítimas estão denunciando mais?

Landini (2006) esclarece que a violência sexual é um fenômeno presente no Brasil e documentado na mídia impressa desde 1900, ou seja, há pelo menos 116 anos temos registros de que a violência sexual acontece em nosso país. Mas, de acordo com estudos anteriores (BRAUN, 2002; SANTOS, 2011; FALEIROS; FALEIROS, 2008; LANDINI, 2011) e confirmados pela presente revisão da produção científica brasileira sobre o tema, é principalmente na última década que tem ocupado o espaço institucional da pesquisa por parte

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisas em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura. E-mail: ac.vagliati@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura. E-mail: gccalsa@hotmail.com.



de profissionais de diferentes áreas, como a educação, a saúde (medicina e enfermagem), a psicologia e as ciências sociais.

Os fatos históricos indicam que a violência sexual sempre existiu, com variações de acordo com a cultura e a época (ARIÈS, 1978; AZEVEDO; GUERRA, 2000; BASS; THORNTON, 1985; DEL PRIORE, 2013; RAMOS, 2013). No Brasil, século passado, a violência sexual era cometida, em sua maioria, contra mulheres e crianças e a preocupação em torno dela era quase que restritamente moral, pois o que estava em jogo era a “suposta” dignidade de quem a sofreu. “A violência sexual era um crime de vergonha, sem vítimas” (POLAC, 2015, p. 18). Passado esse que não nos parece tão distante.

É somente a partir do momento que a criança e a/o adolescente passam ocupar um lugar de preocupação social e legislativa em nosso país, é que este tipo de violência passa a ser vista como violação de seus direitos. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n 8.069/90, estabelece a obrigatoriedade de toda a sociedade em proteger e garantir os direitos das crianças e das/os adolescentes.

A violência sexual passou a ter punição legal; assim, tanto quem a comete contra uma criança e/ou um adolescente quanto quem sabe, mas omite tal informação é punido na forma da lei. Em decorrência disso, é exigida uma postura mais protetora por parte da sociedade como um todo sobre esta população e, em especial, das pessoas que convivem diariamente com crianças e adolescentes. O ECA também estabelece tal responsabilidade aos profissionais da educação e da saúde, destaque fundamental aos professores e aos médicos na comunicação às autoridades competentes. Sua omissão nestes casos é passível de multa, atualmente, de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (BRASIL, 1990; FALEIROS; FALEIROS, 2008; LANDINI, 2011).

Desde então tem aumentado a quantidade de denúncias de crimes sexuais contra essa população. No entanto, Veroneze e Costa (2006), advertem que a violência sexual é muito mais frequente do que podem crer a maioria das pessoas; é muito mais frequente do que é divulgado pelos meios de comunicação; muito mais frequente do que chega até às redes de proteção e denúncia; e muito mais frequente do que os registros e as estatísticas oficiais divulgam.

Dados divulgados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), referente aos quatro primeiros meses de 2016 em todo o território nacional, revelam que das quase cinco



mil denúncias de violência sexual a maior parte das vítimas são meninas adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos. 31% das denúncias indicam violência sexual contra adolescentes de 12 a 14 anos, 20% das denúncias se referem a adolescentes entre 15 e 17 anos, e outros 5,8% de crianças entre 0 e 3 anos.

De acordo com o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2015 com dados referentes a 2014, o Paraná é o terceiro estado com maior número de ocorrências de estupro com vítimas femininas, somando 3.013 casos, o primeiro estado é São Paulo com 10.026 casos, e o segundo é Rio de Janeiro com 5.676 casos.

Em 2014 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou o Caderno nº 11 que apresenta dados sobre o estupro no Brasil de acordo com os levantamentos da Saúde de 2011; destacamos que a partir de 2009 com a sanção da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, o estupro passou a ser um crime contra a dignidade e a liberdade sexual. Em relação ao total das notificações ocorridas em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade; mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes. A maioria dos agressores é do sexo masculino, independentemente da faixa etária da vítima, sendo que as mulheres são autoras do estupro em 1,8% dos casos, quando a vítima é criança. 24,1% dos agressores de crianças e adolescentes são os próprios pais ou padrastos e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima.

Também em 2014 o IPEA na 3ª edição do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) realizou uma pesquisa sobre a tolerância social frente à violência contra a mulher. Dentre os dados que chamaram a atenção de pesquisadores e da sociedade civil destacou-se a concepção das/os entrevistadas/os sobre a violência sexual contra a mulher, esse fato teve grande repercussão nas redes sociais protagonizando o movimento #EuNãoMereçoSerEstuprada. Na questão “Mulheres que usam roupas curtas que mostram o corpo merecem ser atacadas” 37,6% concordaram, total ou parcialmente, e na questão “Se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros”, 58% concordaram, total ou parcialmente.

A análise dos dados concluiu que são muito comuns relatos de culpabilização das mulheres em casos de violência sexual. Por trás da afirmação está a concepção de que as mulheres provocam os estupradores, e nesse caso são elas que deveriam saber se comportar, e não eles. A violência parece surgir como uma correção; a mulher merece e deve ser estuprada



para aprender a se comportar. “O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir ‘adequadamente’” (SIPS, 2014, p. 22).

As pesquisas evidenciam (ANDRADE, 2004; CARVALHO et. al, 2010; PEREIRA, 2007; SCHREINER, 2008; SIPS, 2014) que violência sexual acontece, principalmente, contra o gênero feminino e que há alta taxa de culpabilização sobre estas meninas e estas mulheres vítimas de violência sexual, atribuindo à isso a forma como nossa sociedade está organizada onde prevalece o patriarcado e o machismo. Destacam que a sociedade machista está pautada nas desigualdades de gênero, as quais são socialmente aprendidas durante gerações e mantidas tanto por homens quanto por mulheres e, nesse processo, contribuem para manter o discurso de poder que prega a subordinação, o medo e a culpa da menina e da mulher vitimada.

Gabel (1997), ao se referir etimologicamente ao abuso, define que este indica afastamento do uso (“us”) normal. O abuso é, ao mesmo tempo, mau uso e uso excessivo. Significa ultrapassar os limites, transgredir. Há diversas críticas ao uso do termo abuso sexual, tradução do inglês sexual abuse, pois nele estaria implícito que há um uso (sexual) permitido pelas crianças e pelos adolescentes. Assim, só iremos manter o emprego de Abuso Sexual quando nos referirmos às citações diretas de autores adeptos desse termo.

Pesquisadores a definem como uma violação da sexualidade sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas (FAIMAN, 2004). É uma dominação perversa que uma pessoa em estágio psicosexual superior exerce sobre outra, sendo, na maioria das vezes, mantida em segredo (HABIGZANG et. al., 2005). Pode envolver manipulação psicológica de longa duração e causar consequências psíquicas, morais e físicas permanentes, das quais a vítima não sabe como se livrar, permanecendo imobilizada. É uma violência normalmente repleta de medo e muito sofrimento. Começa por um processo de sedução, que consiste na conquista sutil, que anula a capacidade de decisão da vítima e acaba em sua dominação e aprisionamento (FALEIROS; FALEIROS, 2008). É uma relação desigual. Não há acordos; não há o respeito aos direitos humanos das meninas e dos meninos (FALEIROS, 2000).

Segundo o que está disposto no Art. 7º da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher:

A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante



intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Através desta Lei podemos ter uma visão mais ampla do que é a violência sexual, não restringindo apenas ao ato sexual em si, mas ampliando para outras formas que se enquadram como violência sexual. A violência sexual pode ser direta ou indireta. A direta se caracteriza por contato físico direto no corpo da vítima e pode ocorrer de diferentes formas como beijos, carícias, masturbação, relação sexual, penetração de objetos nos órgãos sexuais, sexo oral, entre outros. Na violência sexual indireta a vítima é convidada e estimulada a assistir filmes pornográficos, nos quais vê e ouve contatos sexuais impróprios para seu desenvolvimento psicosssexual; o agressor a observa a nua ou despindo-se - voyeurismo, às vezes mesmo sem que percebam, fotografa a vítima para uso erótico, expõe seus órgãos genitais para que sejam apreciados ou faz com que a vítima o observe em situações íntimas - exibicionismo (banho, relações sexuais, etc.).

A violência sexual acontece tanto fora da família (extrafamiliar), cometida por pessoas desconhecidas ou próximas da família, como também dentro (intrafamiliar), cometida, em sua maioria, por pais, tios e padrastos. Os estudos revelam que a violência sexual intrafamiliar é a mais recorrente e a mais difícil de ser descoberta, também é a que pode causar maiores danos físicos e psicológicos na vítima. Polac (2015) ao entrevistar vítimas de violência sexual conclui que a maioria dos casos são intrafamiliares, inclusive em suas/seus entrevistadas/os, demonstrando que essa forma de violência pode ser a mais prejudicial, pois segundo o pesquisador, a violência intrafamiliar é pouco denunciada e as/os entrevistadas/os encontraram pouco apoio da família, assim, se mantem o pacto de silêncio que é alimentado pelo medo, pela vergonha e pela culpa.

Destacamos que além das marcas físicas que podem estar presentes na violência sexual intra e extrafamiliar, esta costuma causar sérios danos emocionais, visto que tanto a criança quanto a/o adolescente são moldadas/os, em grande parte, pelas características afetivas e de personalidade que fazem parte da sua vivência e que muitos poderão levar para a vida adulta (BRAUN, 2002).





As produções científicas sobre violência sexual e sexualidade (ANDRADE, 2011; CARVALHO et. al, 2010; PEREIRA, 2007; POLAC, 2015) destacam que as marcas que se inscrevem nos corpos das meninas e das mulheres vítimas de violência sexual podem afetar sua sexualidade, sendo que a maioria tem dificuldade em retomar ou mesmo iniciar uma vida sexual satisfatória também pode alterar a forma como veem e se relacionam com seu corpo, que passa a ser percebido como sujo e coberto de vergonha.

Outro fator, que algumas destas pesquisas apontam, é a dificuldade das vítimas em revelar situações de violência sexual, enfatizando que este silêncio, que comumente permeia casos de violência sexual, pode constituir um dos problemas que contribuem para a permanência dessa violação, isso ocorre pois têm medo de não serem acreditadas e até mesmo de serem responsabilizadas e/ou sentem medo das ações do agressor.

Sobre a revelação, autoras/es como Brino e Willians (2003), pautadas em uma pesquisa realizada por estudiosos do fenômeno da violência sexual, demonstram que em 44% dos casos de violência sexual o professor é a primeira pessoa a saber e, em 52% dos casos é o primeiro adulto a saber.

Diversas pesquisas, tanto no campo educativo quanto em demais áreas, elegem a escola e as/os professoras/es como agentes primordiais na identificação, prevenção e denúncia de casos de violência sexual (BRITO, 2011; IKEFUTI 2012; LANDINI, 2011; MARTINS, 2007; RIBEIRO, 2012; SANTOS, 2011; VAGLIATI, 2014), no entanto alertam sobre o despreparo das/os professoras/es para realizar este enfrentamento.

Frente a essa realidade nos preocupamos com a ausência de formação docente em sexualidade, gênero e violência sexual, e no que ela pode acarretar, como representações estereotipadas e pautadas em uma sociedade machista que, como já mencionamos, visa a opressão e o submetimento das meninas e das mulheres vitimadas. Nesse contexto concordamos com Louro (1997), que enquanto professoras/es, “[...] temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (p. 64), isso significa questionar o que ensinamos e a forma como ensinamos.

Consideramos primordial pensarmos nas representações desses/as professores/as, em sua formação, na forma como educam crianças e adolescentes e, mais, nos valores e crenças



que passam para as vítimas de violência sexual, podendo reproduzir o discurso de poder que prega a subordinação, o medo e a culpa da menina vitimada.

Para tanto, buscamos com esta pesquisa dar visibilidade à violência sexual contra meninas e mulheres, e sobretudo, através da revisão de bibliografias, intentamos contribuir para as pesquisas que elegem como tema violência sexual e gênero possam empreender ações que busquem desestabilizar representações machistas e sexistas que permeiam essa forma de violência. Nesse contexto, nos voltamos para a escola, para as/os professoras/es e suas representações, acreditando que através de intervenções nesse campo poderemos ampliar as ancoragens que possuem sobre a violência sexual contra meninas e mulheres e assim desestabilizar representações já cristalizadas, para que possamos pôr em questão as relações de poder que compartilhamos e assim sermos agentes de transformação da sociedade, possibilitando a educação ser local onde discursos sejam desnaturalizados, questionados e desconstruídos, introduzindo rupturas, numa transformação constante.

Para discutir as representações de professoras/es sobre violência sexual na perspectiva dos estudos de gênero apresentamos neste artigo um panorama sobre violência sexual e sobre gênero, uma análise de como estas questões vem sendo tratadas na instituição escolar e o que as pesquisas acadêmicas têm discutido sobre estes temas. Nossa intenção é possibilitar novos olhares sobre violência sexual e sobre gênero, principalmente, de professoras/es visando ampliar as práticas pedagógicas para que se distanciem de modelos sexistas e machistas.

### **Procedimentos da pesquisa e discussão**

No desenvolvimento da pesquisa buscamos artigos, dissertações e teses disponibilizadas nas bibliotecas digitais Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), Banco de Teses e Dissertações Nacionais (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), a escolha se justifica pelo fato do livre acesso à essas plataformas na internet, como também pela reconhecida representatividade junto à comunidade acadêmica. A busca foi realizada a partir de todas as combinações possíveis das seguintes palavras-chave: representações, violência sexual e gênero e algumas derivações como representações sociais, abuso sexual e sexualidade.

Para a seleção desses estudos realizamos exploração do material por meio de várias leituras (MINAYO, 2007). Iniciamos selecionando 106 trabalhos que continham nos títulos e nos resumos as palavras-chave selecionadas:



Palavras-chave	BDTD	CAPES	SCIELO
Representações Sociais / Violência Sexual	02 (01 dissertação; 01 tese)	01 (01 tese)	03 (artigos científicos)
Representações / Violência Sexual	04 (03 dissertações; 01 teses)	05 (05 dissertações)	03 (artigos científicos)
Representação / Violência Sexual	01 (01 tese)	04 (02 dissertações; 02 teses)	00 (artigos científicos)
Representações Sociais / Abuso Sexual	01 (01 dissertações)	04 (02 dissertações; 02 teses)	00 (artigos científicos)
Representações / Abuso Sexual	05 (03 dissertações; 02 teses)	08 (07 dissertações; 01 tese)	03 (artigos científicos)
Representação / Abuso Sexual	00	04 (03 dissertações; 01 tese)	00 (artigos científicos)
Violência Sexual / Sexualidade	08 (06 dissertações; 02 teses)	03 (01 dissertação; 02 teses)	05 (artigos científicos)
Abuso Sexual/ Sexualidade	09 (06 dissertações; 03 teses)	09 (05 dissertações; 04 teses)	00 (artigos científicos)
Violência Sexual / Gênero	06 (03 dissertações; 03 teses)	03 (02 dissertações; 01 tese)	07 (artigos científicos)
Abuso Sexual / Gênero	05 (05 dissertações)	03 (01 dissertação; 02 teses)	00 (artigos científicos)
<b>Total</b>			
<b>106 trabalhos</b>			

**Tabela 01 – Revisão (títulos e resumos)**

Na leitura flutuante procuramos manter os que ao terem as palavras-chave também realizassem discussões voltadas para o campo da educação, ficando assim com 30 trabalhos:

Palavras-chave	BDTD	CAPES	SCIELO
Representações Sociais / Violência Sexual	00	00	00
Representações / Violência Sexual	02 (02 dissertações)	02 (02 dissertações)	00
Representação / Violência Sexual	00	00	00
Representações Sociais / Abuso Sexual	00	01 (01 dissertação)	00
Representações / Abuso Sexual	00	00	00
Representação / Abuso Sexual	00	00	00
Violência Sexual / Sexualidade	03 (02 dissertações; 01 tese)	01 (tese)	00
Abuso Sexual/ Sexualidade	02 (02 dissertações; 01 tese)	02 (02 dissertações)	00
Violência Sexual / Gênero	03 (02 dissertações; 01 tese)	01 (01 tese)	03 (artigos científicos)
Abuso Sexual / Gênero	05 (05 dissertações)	03 (01 dissertação; 02 teses)	00
<b>Total</b>			
<b>30 trabalhos</b>			

**Tabela 02 – Revisão (leitura flutuante)**





Na leitura integral selecionamos os que para além destes critérios pesquisassem as representações de professores/as e demais integrantes do espaço escolar, finalizando a seleção com 07 produções:

Palavras-chave	BDTD	CAPES	SCIELO
Representações Sociais / Violência Sexual	00	00	00
Representações / Violência Sexual	02 (02 dissertações)	02 (02 dissertações)	00
Representação / Violência Sexual	00	00	00
Representações Sociais / Abuso Sexual	00	00	00
Representações / Abuso Sexual	00	00	00
Representação / Abuso Sexual	00	00	00
Violência Sexual / Sexualidade	01 (01 tese)	01 (01 tese)	00
Abuso Sexual/ Sexualidade	01 (01 tese)	00	00
Violência Sexual / Gênero	00	00	00
Abuso Sexual / Gênero	00	00	00
<b>Total</b>			
<b>07 trabalhos</b>			

**Tabela 03 – Revisão (leitura integral)**

Os trabalhos que serão agora apresentados e discutidos pertencem ao campo da educação e da psicologia, sendo que na educação encontramos 03 (três) dissertações (Fabiane Freire França, 2009; Michelle Venâncio Ikefuti, 2012; Rita de Cássia Feirreira dos Santos, 2011) e 03 (três) teses (Fabiane Freire França, 2014; Karina de Toledo Araújo, 2015; Mayara Rocha Vollet, 2012), e na psicologia 01 (uma) dissertação (Patrícia Monteiro Ribeiro, 2012).

A dissertação de Fabiane Freire França (2009) *A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção* investigou as representações sociais de gênero de docentes. Para realização da pesquisa fez entrevistas docentes e realizou intervenções pedagógicas com discussões em grupo. Concluiu que a realização da intervenção pedagógica com as/os docentes possibilitou o processo de tomada de consciência dos conceitos de gênero de cada indivíduo e do grupo, e favoreceu a abertura a outras representações possíveis deste tema.

Após seu mestrado, a mesma autora desenvolveu sua tese de doutorado com (FRANÇA, 2014) com o título *Representações Sociais de Gênero e Sexualidade na Escola: diálogo com educadoras* que investigou a repercussão de uma intervenção pedagógica na



modalidade de círculo dialógico sobre as representações sociais de gênero de professoras. Concluiu que as participantes apresentaram, em sua maioria, uma visão sexista e binária referente as relações de gênero, mas que os círculos dialógicos permitiram a ampliação da Polifasia Cognitiva das participantes sobre o tema e que o contato das participantes da pesquisa com representações sociais diferentes das suas permitiram esgarçar, atravessar, problematizar suas ideias e práticas pedagógicas e cotidianas sobre gênero, bem como construir outras ancoragens e objetivações.

A tese de Karina de Toledo Araújo (2015) *Representações Sociais de Estudantes do Ensino Médio Sobre a Prática do Futebol por Mulheres: intersecções entre gênero, corpo e sexualidade* analisou as representações sociais de estudantes de ensino médio sobre a prática do futebol por mulheres. Concluiu que os estereótipos relacionados à prática do futebol estão intimamente ligados às marcações de gênero, corpo e sexualidade, o que dá margem às atitudes discriminatórias das/os estudantes. Sugere assim, que a escola, enquanto instituição social, educacional, política e cultural, precisa fazer uma reestruturação de seu aparato curricular, pedagógico e da formação das/os educadoras/es para possibilitar elaboração de conhecimentos, de reflexões, discussões e transformações referentes às questões de gênero, corpo e sexualidade nos processos formativos das/os estudantes.

A tese de Mayara Rocha Vollet (2012) *O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar* objetivou refletir sobre os aspectos subjetivos que dificultam a denúncia da violência sexual doméstica infantil por parte de profissionais da educação e mantém o silêncio. Realizou entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais escolares. Concluiu que o silêncio de profissionais escolares diante da violência sexual contra crianças é uma realidade e mantém-se por meio de mecanismos psicológicos complexos que exercem influência sobre a condução do problema e são mediados por constructos sociais e culturais.

A dissertação de Michelle Venâncio Ikefuti (2012) *Concepções de Licenciandos sobre Violência Sexual e Políticas Públicas Educacionais* buscou identificar o conhecimento que as/os futuras/os professoras/es dos cursos de licenciaturas têm acerca da violência sexual, e se esta temática é trabalhada dentro desses cursos, para isso aplicou questionários a 441 alunas/os dos últimos anos de oito cursos de licenciatura. Como resultados, percebeu que as/os alunas/os não se sentem preparadas/os para lidar com casos de violência sexual, pois



possuem a formação necessária para reconhecer e lidar com casos de violência sexual, fato que ficou evidente, também, na análise que fez sobre as representações sociais destas/es alunas/os.

A dissertação de Patrícia Monteiro Ribeiro (2012) *O Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar e os Sentidos Compartilhados pelos Professores em Recife* investigou os sentidos construídos e compartilhados por docentes sobre abuso sexual intrafamiliar. Foram aplicados questionários e feitas entrevistas com 57 professoras/es dos anos iniciais da Educação Básica. Como resultados identificou que as/os professoras/es se perceberam impotentes, despreparadas/os e em sofrimento na atuação diante do abuso sexual intrafamiliar, não tendo muita clareza sobre o que fazer frente à esses casos.

A dissertação de Rita de Cássia Feirreira dos Santos (2011) *Violência Sexual e a Formação de Educadores – uma proposta de intervenção* objetivou verificar o conhecimento de alunas/os dos penúltimos anos dos cursos de licenciatura sobre o tema violência sexual contra crianças e adolescentes, também aplicar um programa de intervenção com as/os alunas/os, visando uma formação profissional sobre a temática. Os resultados demonstraram que as/os alunas/os tinham conhecimentos sobre a violência sexual, no entanto, nem sempre estavam de acordo com os estudos da área. Após o curso de capacitação a análise de desempenho mostrou que ocorrerem mudanças em torno dos discursos e das atitudes dos participantes.

Os estudos, demonstrados acima, ao elegem como tema a violência sexual, concordam que esta é uma violência difícil de ser identificada e que pode causar sérios danos para a vítima, elegem a escola como local onde crianças e adolescentes revelam sobre a violência sexual e, nesse contexto, se preocupam em entender as representações de profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. Todas denunciam a precária ou inexistente formação destas/es profissionais, fato que contribui para que estes se sintam impotentes frente aos casos de violência sexual e não possibilita que suas representações, sobre essa forma de violência a sobre as vítimas, sejam ampliadas.

As pesquisas sobre gênero também denunciam a ausência de formação docente nessa área e apontam a importância de estudos de gênero nas escolas e de intervenções pedagógicas que visem ampliar as representações de professoras/es e alunas/os. Concluem que, ao não ser



trabalhado intencionalmente gênero nas escolas contribuímos para manter visões sexistas e binárias, como também atitudes discriminatórias frente ao gênero feminino, pautadas em normas que visam a submissão e opressão das mulheres. Segundo Andrade (2004), no espaço escolar as agressões físicas são condenadas por sua visibilidade, no entanto, as agressões morais são ignoradas ou até mesmo reforçadas pelos professores, “[...] contribuindo, seja por omissão, seja por participação direta, para a reprodução dos estereótipos de gênero nos quais se ancoram relações violentas de poder” (p. 33).

Destacamos que desde a instituição da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, pesquisas concluem que a violência contra a mulher, principalmente a sexual, se constitui em violência de gênero. A violência de gênero acontece a partir do momento em que as diferenças entre os gêneros masculino e feminino se transformam em desigualdades, pois um é considerado inferior ao outro e, na sociedade machista e heterossexual na qual estamos inseridos o gênero feminino é considerado o inferior; reproduzem-se relações de dominação e subordinação naturalizadas contra a mulher.

A violência sexual enquanto violência de gênero perpassa os muros escolares e passa a fazer parte da instituição escolar, no entanto, a violência de gênero na sala de aula e no ambiente escolar tem sido, em grande parte, invisibilizada, inclusive nas pesquisas acadêmico científicas, pois não encontramos pesquisas na área da educação que relacionassem esses temas.

Consideramos de grande importância pesquisas que relacionem estes temas, pela importância que o/a professor/a tem na educação para a sexualidade, na escuta, na identificação e na denúncia de casos de violência sexual (LANDINI, 2011; BRINO; WILLIANS 2003), também pela possibilidade de ampliar conhecimentos no campo educativo e desmistificar crenças e valores, sobre gênero e violência sexual contra meninas, tantas vezes discriminatórias e sexistas (FRANÇA, 2014; JUNQUEIRA, 2009).

Compartilhamos da posição de Junqueira (2009) e entendemos que as pessoas e as/os professoras/es tendem a naturalizar e reforçar práticas preconceituosas e sexistas pautadas em normas sociais hegemônicas nas quais nossa sociedade está organizada. Dessa maneira, intervenções no espaço escolar e formação adequada podem proporcionar um repensar sobre si o sobre o outro. Nesse contexto, a escola se constitui em um espaço formativo que busca



quebrar com os discursos naturalizados, a partir do qual podem ser construídos novos padrões de conhecimento, “sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica” (JUNQUEIRA, 2009, p. 36).

### **Considerações finais**

A violência sexual, entendida como violência de gênero, cometida contra meninas e mulheres é considerada uma das violências mais perversas, acontece e se mantém pelas relações de poder e de dominação de um gênero sobre o outro (masculino/feminino), que evidencia a hierarquia social e as desigualdades sexuais.

Nesse contexto, a violência de gênero se constitui na dominação do masculino sobre o feminino, inferioriza o gênero feminino e anula a poder de decisão sobre o seu corpo; é uma relação desigual onde não há acordos, não há respeito.

De acordo com Carvalho et. al. (2010) uma vez cometida a violência sexual, os agressores, na tentativa de coagir e intimidar a vítima, praticam também outros tipos de violência, como a física e a psicológica, que acabam por, muitas vezes, não serem denunciadas pelo fato de meninas e mulheres já terem internalizado, devido a valores culturais, sua submissão sexual ao homem. Há também, segundo Schreiner (2008), um problema especialmente complexo que envolve a violência sexual contra meninas e mulheres, a atribuição da responsabilidade à menina, que está mascarada no imaginário de homens e mulheres e comumente aparece em suas representações sobre esse fenômeno.

Embora ainda se mantenha posicionamentos que culpabilizam as vítimas de violência sexual, compartilhamos da compreensão de Azevedo e Guerra (2007) de que quando há prazer direto e indireto, conseguido pela coerção ou sedução, a vítima nunca poderá ser transformada em ré. Cometida, em sua maioria, contra mulheres e crianças, a violência sexual é a legítima forma de silenciamento, submissão e opressão da vítima (JURKEWICZ, 2006). Uma das formas de manter essa dinâmica de dominação e subordinação é a culpabilização de meninas vítimas de violência sexual, o que também contribui para a (re)vitimização (SCHREINER, 2008).

Entendemos que a violência de gênero traduz representações historicamente construídas que determinam lugares diferentes para mulheres e homens em nossa sociedade. Também que





estas representações que contribuem para manter e regular essa forma de organização social são, tantas vezes, naturalizadas.

É nesse contexto que apontamos a escola como local de desconstrução de normas hegemônicas e também como instituição possível de proporcionar a ampliação das representações de professoras/es, através de intervenções e formações. Compartilhamos da compreensão de Louro (1997) que precisamos estar atentos ao que reproduzimos em sala de aula, pois frequentemente nossa linguagem pode estar carregada de relações de poder que visam a manutenção de relações sexistas, racistas e etnocêntricas (LOURO, 1997); assim, visam também, a instituição da violência de gênero contra meninas vítimas de violência sexual.

Pautadas em Paulo Freire, defendemos a perspectiva de uma educação para a emancipação, nesse contexto “a educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais. O homem se identifica com sua própria ação: objetiva o tempo, temporaliza-se, faz-se homem, homem-história” (FREIRE, 1997, p. 31). Assim como Louro (1997), que defende a perspectiva das pedagogias emancipatórias como possíveis de realizar a conscientização, a libertação, ou a transformação dos sujeitos e da sociedade.

Destacamos assim a necessidade de pesquisas voltadas para a educação que estudem as representações de professoras/es sobre a violência sexual contra meninas e mulheres, entendida como violência de gênero. Acreditamos que pesquisas nesse campo tendem a contribuir para repensarmos nossas ações enquanto professoras/es e assim desestabilizarmos concepções naturalizadas que tem origem no patriarcado.

### **Bibliografia**

ANDRADE, F. C. B. de. Violência na escola, uma questão de gênero: o que percebem professores e professoras?. In: **Revista Àrtemis**, dez 2004, v.1.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. – 2ª ed., São Paulo: Iglu, 2007.

\_\_\_\_\_. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.



BASS, E.; THORNTON, L. (Org.). **Nunca contei a ninguém**. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1985.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**, Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Brasília.

BRAUN, S. **A Violência Sexual Infantil na Família: do silêncio à revelação do segredo**. – Porto Alegre: AGE, 2002.

BRINO, R. de F.; WILLIAMS, L. C. de A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. In: **Interação em Psicologia**, 2003, 7(2), p. 1-10.

BRITO, L. M. T. de. O Papel da Universidade na Formação de Profissionais Competentes para Lidar com Casos de Violência Sexual. In: AZAMBUJA, M. H. M. F. *et al.* **Violência sexual contra crianças e adolescentes** – Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARVALHO, C. S. de, et. al. Analisando a Lei Maria da Penha: a violência sexual contra a mulher cometida por seu companheiro. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248, GT 5. Gênero e Violência, 2010.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed., 1 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

FAIMAN, C. J. S. **Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://migre.me/jDSDf>>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. T. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote\\_eletronico.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf)>. Acesso em: 13 de junho de 2016.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GABEL, M. (org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

JURKEWICZ, R. S. **Violência Clerical: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil**. 2006. 199 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Ciências da Religião, São Paulo, 2006.



LANDINI, T. S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. In: *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp. 225-252.

\_\_\_\_\_. **O professor diante da violência sexual.** – São Paulo: Cortez. – (Coleção educação e saúde; v.4), 2011.

PEREIRA, A. P. **Sexualidade em Mulheres Vítima de Violência Sexual.** Dissertação (Mestrado). Campinas – SP: Unicamp, 2007, 59 f.

MARTINS, R. DA S. **Abuso sexual e a escola: o público e o privado na “gestão democrática” das políticas públicas.** Dissertação (Mestrado) – Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007, 148f.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

POLAC, A. F. L. **Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de pessoas que sofreram violência sexual na infância e na juventude.** Dissertação (Mestrado), São Paulo – SP: USP, 2015, 129 f.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI, In: **História das crianças no Brasil/** Mary Del Priore organizadora 7. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

RIBEIRO, P. M. **O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife.** Dissertação (Mestrado) – Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2012, 149f.

SANTOS, V. M. M. **Pontes que se Estabelecem em Educação Sexual: um diálogo sobre a formação continuada e os saberes das práticas pedagógicas de professores no Brasil e em Portugal.** Tese (Doutorado) – São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, 2011, 218p.

SCHREINER, M. T. O Abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da vítima. In: **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder,** Florianópolis, 2008.

SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL (SIPS). **Tolerância social à violência contra as mulheres.** 04 de abril de 2014.

VAGLIATI, A. C. **Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2014, 176f.

VERONESE, J. R. P.; COSTA, M. M. M. da. **Violência Doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente – um a leitura interdisciplinar.** – Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

**#4** seminário internacional de educação e  
**#2** encontro internacional de estudos de  
**SEXUALIDADE**  
**GÊNERO**  
FUNDAMENTALISMOS E VIOLÊNCIAS

de 19 a 21 de julho de 2016

ISSN: 2316-4948

"O QUE TEMOS  
FEITO DE NÓS?"

(Vitória - ES)